

Sumário

1 Introdução	1
2 Dualismo, monismo e a necessidade de superação do paradigma hierárquico	9
2.1 O dualismo de Heinrich Triepel.....	10
2.2 O monismo de Hans Kelsen	15
2.3 A necessidade de novas teorias para o estudo da relação entre as diversas ordens jurídicas.....	24
3 O transconstitucionalismo e a proposta de resolução de problemas constitucionais envolvendo as diversas ordens jurídicas	35
3.1 Aspectos gerais do transconstitucionalismo.....	37
3.2 Acoplamento entre direito internacional e direito estatal à luz do transconstitucionalismo.....	49
3.2.1 O exemplo brasileiro envolvendo o direito interamericano dos direitos humanos	57
3.3 Racionalidade transversal como metodologia aplicada à resolução de problemas constitucionais.....	63
4 O direito internacional penal no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....	77
4.1 O Estatuto de Roma como resultado de um projeto de paz internacional e proteção dos direitos humanos pelo direito internacional penal.....	78

4.2 Os limites jurisdicionais da atuação do Tribunal Penal Internacional: competências material, temporal, territorial e pessoal.....	90
4.3 O acionamento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional e o princípio da complementaridade.....	99
4.4 O papel dos Estados partes à luz do princípio da cooperação	108
4.4.1 O controle da obrigação de cooperar com o Tribunal Penal Internacional pela Assembleia dos Estados Partes.....	114
5 O estado da arte da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro	121
5.1 A incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro	123
5.2 As tentativas de adequação legislativa do ordenamento jurídico brasileiro ao Estatuto de Roma	127
5.3 A relação do Estado brasileiro com o Tribunal Penal Internacional na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	131
6 A resolução de problemas constitucionais existentes entre o Estatuto de Roma e a Constituição Federal à luz do transconstitucionalismo.....	139
6.1 A previsão de pena de prisão perpétua e sua proibição na Constituição Federal	143
6.2 A vedação à extradição de brasileiro e estrangeiro e sua distinção da entrega	148
6.3 A imprescritibilidade dos crimes previstos no Estatuto de Roma e a reserva legal para definição de crimes imprescritíveis no direito brasileiro	154
7 Considerações finais.....	161
Referências.....	169